



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil:

Relatório FORMICT 2009

Brasília,
2010.

Ministro da Ciência e Tecnologia
SÉRGIO REZENDE

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
RONALDO MOTA

Subsecretária de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
ANA LÚCIA VITALE TORKOMIAM

Coordenador Geral de Inovação Tecnológica
REINALDO FERNANDES DANNA

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Observação: Versão Atualizada e Normalizada em 20/10/2010

Impresso no Brasil

Elaboração: Diogo Bezerra Borges, Maíra Murrieta Costa, Rubens de Oliveira Martins, Marina de Oliveira Lafetá

B823p Brasil. Ministério da Ciência e Tecnologia. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Política de propriedade intelectual das instituições científicas e tecnológicas do Brasil: relatório Formict 2009. – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010.

30p.

1. Ministério da Ciência e Tecnologia 2. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação I. Formict II. Título

CDU 347.77 (062.535)

Endereço:

Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar, sala 398
CEP: 70067-900, Brasília – DF, Brasil

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES	3
2.1 Natureza Jurídica	3
2.2 - Quantitativo de Instituições por Região.....	5
2.3 - Núcleos de Inovação Tecnológica	6
2.4 Atividades do NIT	8
2.5 Recursos Humanos.....	10
2.6 Proteções de Propriedade Intelectual	10
2.7 Transferência de Tecnologia.....	14
3. Análise Comparativa 2006/2007/2008/2009	16
3.1 Distribuição Regional	17
3.2 Natureza Jurídica	19
3.3 Núcleos de Inovação Tecnológica	20
3.4 Proteções de Propriedade Intelectual	21
3.5 Transferência de Tecnologia.....	24
4. CONCLUSÃO	26

1. INTRODUÇÃO

Um dos eixos de atuação previstos na Lei de Inovação, 10.973 de 02 dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto n.º 5.563, de 11 de outubro de 2005, é o estímulo à participação das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no processo de inovação. Dentre as ações previstas nesse marco legal está a criação de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) nas instituições, que têm entre suas competências a proposição, o assessoramento, o acompanhamento e a avaliação das políticas e das atividades de proteção das criações, licenciamentos, inovação e transferência de tecnologia adotadas pelas ICTs.

As ICTs devem enviar ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), anualmente, informações sobre sua política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos de licenciamento ou transferência de tecnologia firmados. Essas informações devem ser fornecidas ao MCT até três meses após o encerramento do ano base a que se referem conforme determinado no Artigo 17 da Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004.

2. CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES

2.1 Natureza Jurídica

Em 2010, o MCT disponibilizou o Formulário de Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas (FORMICT), para que as Instituições Científicas e Tecnológicas apresentassem as informações especificadas no Art. 17 da Lei nº10.973/2004 (Lei de Inovação), referentes ao Ano Base 2009.

Do período em que o formulário esteve disponível na internet para preenchimento até a data 29/06/2010, verificou-se que 156 Instituições preencheram o formulário eletrônico, sendo que destas, 130 apresentaram-se como Instituições Públicas.

No que diz respeito à natureza jurídica das instituições públicas, verificou-se que 72,31%, um número expressivo, corresponde ao nível federal. Em

contrapartida, as instituições em nível estadual têm 26,15% e as em nível municipal apenas 1.54%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 83% e o de instituições privadas, 17%.

Natureza Jurídica da Instituição	Qtd.	%
Público	130	100
Federal	94	72,31
Estadual	34	26,15
Municipal	02	1,54

Tabela 1 – Percentual de instituições públicas conforme sua natureza jurídica

Fonte: FORMICT/SETEC

Embora não exista obrigatoriedade na Lei de Inovação para que as instituições privadas apresentem informações, verificou-se que neste período (2010), 26 destas instituições preencheram o formulário eletrônico do FORMICT.

Fazendo um breve comparativo entre as instituições públicas e privadas, observou-se que do total de instituições que preencheram o formulário, 60% apresentaram-se como instituições federais públicas, enquanto as instituições estaduais públicas representam 22%, as instituições municipais públicas apenas 01% e as instituições privadas 17%, conforme ilustra o Gráfico 1.

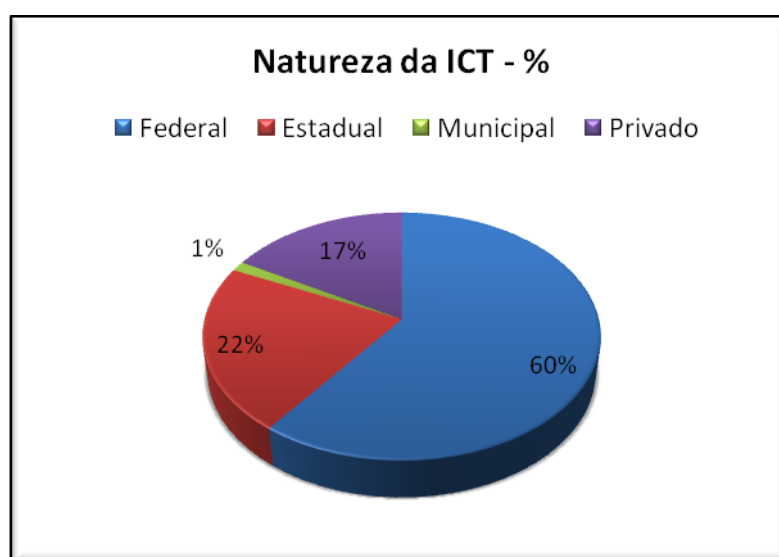


Gráfico 1 – Gráfico comparativo entre instituições públicas x privadas
Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação aos perfis de ICT's que preencheram o formulário, a grande maioria é representada pelas *Instituições de Ensino Superior* (63,2%), seguida das *Instituições de Pesquisa Tecnológica* em percentual significativamente menor (16,1%), enquanto os *Centros de Educação Tecnológica* representam 10,7% das Instituições.

Quantitativo de ICT por Perfil		
Instituição de Ensino Superior	82	63,2%
Centro de Educação Tecnológica	14	10,7%
Instituição de Pesquisa Tecnológica	21	16,1%
Outros	13	10%
Total	130	100%

Quadro 01 – Quantidade de ICT por perfil
Fonte: FORMICT/SETEC

2.2 - Quantitativo de Instituições por Região

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 40,77% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 16,15% informaram a região Sul, e 23,08% informaram a região Nordeste. Localizadas na região Centro-Oeste e Norte apenas 10% cada uma, conforme demonstra a Tabela 2.

Em relação às instituições privadas, diferentemente das públicas, um número significativo informou sua localização na região Sul, correspondendo a 57,69%, já as localizadas na região Sudeste correspondem a 23,08%, na região Nordeste 11,54% e apenas 7,69% na região Norte, conforme demonstra o Tabela 2.

Quantitativo de ICT por Região				
Região	Público	%	Privado	%
Sudeste	53	40,77	06	23,08
Sul	21	16,15	15	57,69
Centro-Oeste	13	10	---	---
Norte	13	10	02	7,69
Nordeste	30	23,08	03	11,54
Total	130	100	26	100

Tabela 2 – Quantitativo de ICT por Região

Fonte: FORMICT/SETEC

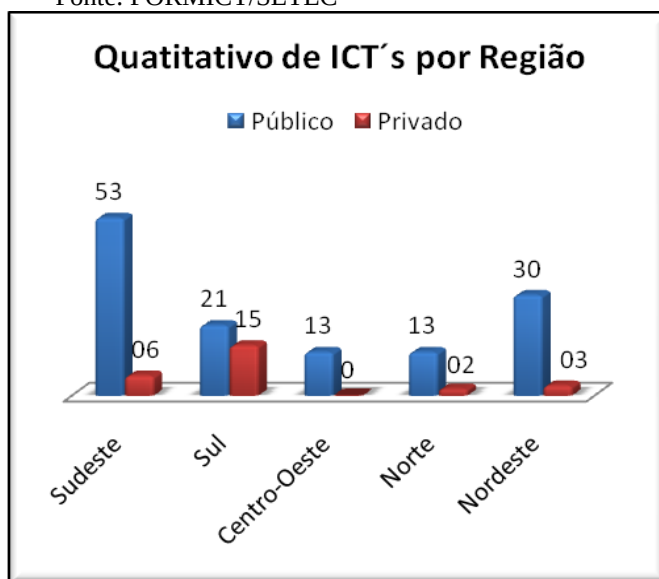


Gráfico 2 – Quantitativo de ICT por região
Fonte: FORMICT/SETEC

2.3 - Núcleos de Inovação Tecnológica

Conforme as especificações do Art. 16 da Lei de Inovação, as Instituições Científicas e Tecnológicas devem criar o Núcleo de Inovação Tecnológica próprio ou em associação com outras ICTs, com a finalidade de gerir sua política de inovação. As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica são:

- a) zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações;
- b) avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa;
- c) avaliar solicitação de inventor independente;
- d) opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- e) opinar em relação à conveniência de divulgação das criações passíveis de proteção;
- f) acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual.

De acordo com as informações da pesquisa, 73% das instituições públicas informaram que detêm uma política de inovação implementada, já em relação às instituições privadas verificou-se que 69% informaram que suas políticas de inovação estão implementadas.

Política de Inovação Implementada (Pública/Privada)				
Política de inovação Implementada	Público	Privado	Total	%
Sim	95	18	113	70
Não	35	8	43	30

Quadro 02 – Índice de implementação entre 81% e 88% das instituições
Fonte: FORMICT/SETEC

No que diz respeito ao estágio de implementação dos NITs, verificou-se que 71 instituições públicas informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 11 instituições informaram que o NIT não está implementado e 48 informaram que estão em fase de implementação conforme demonstra o Gráfico 3.

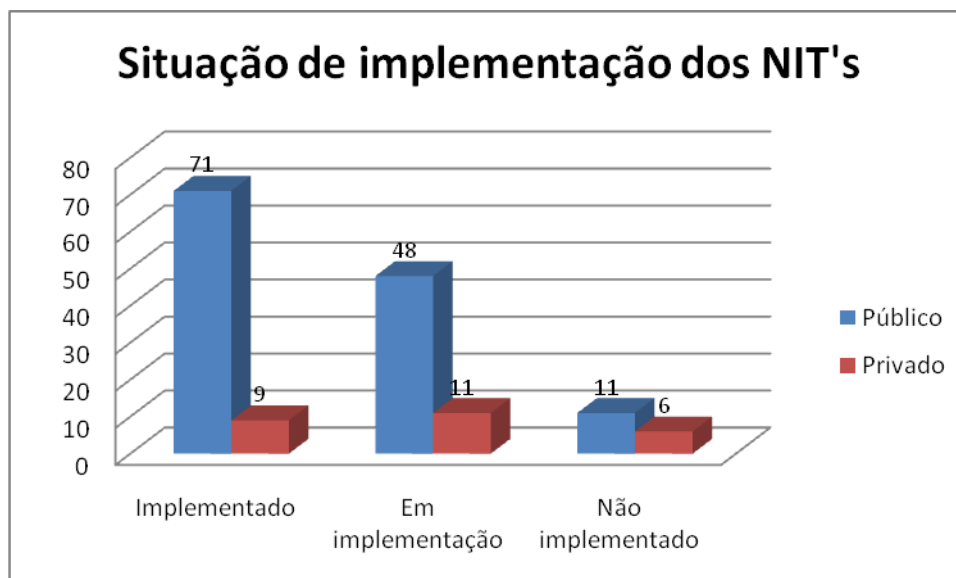


Gráfico 3 – Situação de implementação dos NITs
Fonte: FORMICT/SETEC

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 11 não possuem NIT Implementado, 09 informaram que o NIT encontra-se em implementação, e apenas 06 informaram que o NIT encontra-se implementado, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Fazendo um breve comparativo entre as instituições públicas e privadas respondentes, percebe-se uma diferença significativa no que diz respeito às que declararam o NIT implementado e não implementado. Com fundamento nas informações prestadas, verificou-se que as instituições públicas apresentaram um

índice significativamente superior às instituições privadas no que diz respeito ao NIT implementado.

Por outro lado, percebe-se também uma diferença significativa entre as públicas e privadas no que diz respeito ao NIT não implementado, percebe-se, neste caso, que as instituições privadas tiveram um índice superior às públicas.

No cômputo geral, verificou-se que 51% das instituições, sejam estas públicas ou privadas, informaram que seus NITs estão implementados, 38% informaram que o NIT esta em fase de implementação e apenas 11% informaram que ainda não foram implementados.

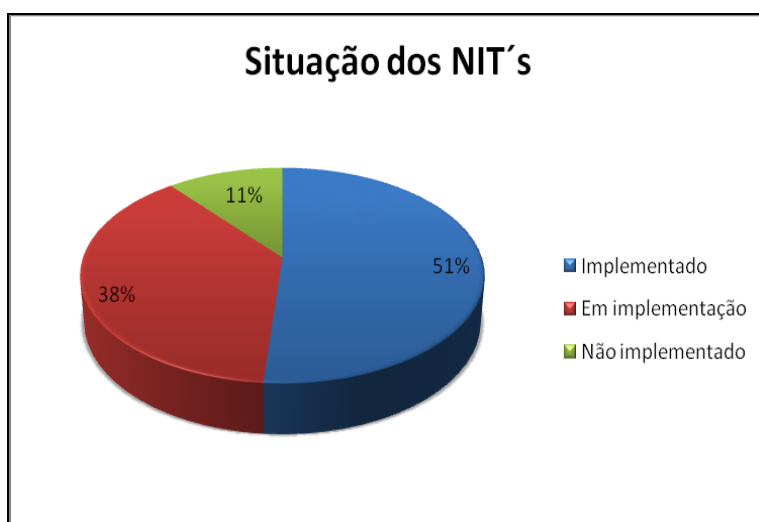


Gráfico 4 – Situação dos NIT's
Fonte: FORMICT/SETEC

2.4 Atividades do NIT

As atividades do NIT foram separadas em dois subgrupos:

- I - Essenciais (especificadas conforme o parágrafo único do art. 16 da Lei de Inovação),
- II - Complementares.

De posse das informações acima, foi constatado que, nas instituições, as atividades tidas como essenciais tiveram índice de implementação significativamente superior às atividades complementares. Também foi identificado que a média de implementação das atividades essenciais das instituições foi de 87%, oscilando

entre 72% e 98%. Em relação às atividades complementares, verificou-se que a média de implementação foi 66%, oscilando entre 46% e 90,6%.

Índice de implementação entre 81% e 88% das Instituições	
▫ Zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção de PI;	
▫ Opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;	
▫ Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de PI.	
▫ Orientação aos Pesquisadores	

 **Essenciais: 50% - 03 atividades**
 **Complementares: 09% - 01 atividade**

Quadro 03 – Índice de implementação entre 81% e 88% das instituições
Fonte: FORMICT/SETEC

Índice de implementação entre 71% e 78% das Instituições	
▫ Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa;	
▫ Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição;	
▫ Acompanhamento das atividades de pesquisa da ICT;	
▫ Relacionamento com Empresas;	
▫ Documentos Padronizados;	
▫ Política de confidencialidade;	

 **Essenciais: 34% - 02 atividades**
 **Complementares: 37% - 04 atividade**

Quadro 04 – Índice de implementação entre 71% e 78% das instituições
Fonte: FORMICT/SETEC

Índice de implementação entre 46% e 65% das Instituições	
▫ Avaliar a solicitação de inventor independente para adoção de invenção;	
▫ Cadastro de oferta e demanda;	
▫ Avaliação econômica dos inventos;	
▫ Valoração de tecnologia;	
▫ Negociação de projetos;	
▫ Negociação de ativos de PI;	
▫ Comercialização de tecnologia.	

 **Essenciais: 16% - 01 atividades**
 **Complementares: 54% - 06 atividade**

Quadro 05 – Índice de implementação entre 46% e 65% das instituições
Fonte: FORMICT/SETEC

2.5 Recursos Humanos

Buscou-se também analisar o quantitativo de pessoal presente nos NITs, verificou-se o total de 1083 profissionais atuantes nos Núcleos, sendo que 49,31% são servidores e funcionários, os bolsistas representam 28,07%, os estagiários representam 10,71% e terceirizados correspondem a 9,05% dos profissionais.

Função - NIT	Quantitativo	%
Servidores/Funcionários	534	49,31
Bolsistas	304	28,07
Terceirizados	98	9,05
Estagiários	116	10,71
Outros	31	2,85
Total	1083	100

Tabela 3 – Composição dos recursos humanos do NIT
Fonte: FORMICT/SETEC

2.6 Proteções de Propriedade Intelectual

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual, verificou-se que 63% das instituições públicas (82 Instituições) informaram que já possuem pedidos de Proteção Intelectual, outros 37% (48 Instituições) informaram que ainda não possuem pedidos.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 46% (12 Instituições) apresentaram pedidos de Proteção Intelectual, enquanto 54% (14 Instituições) informaram que não possuem pedidos de Proteção Intelectual, conforme detalha a Tabela 04.

Possui Pedido de Proteção	Público	%	Privado	%
Sim	82	63%	12	46%
Não	48	37%	14	54%
Total	130	100	26	100

Tabela 4 – Índice de pedidos de proteção de propriedade intelectual.
Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação às proteções requeridas e concedidas, verificou-se que grande parte das proteções são provenientes das instituições públicas. Conforme informações recebidas por meio do FORMICT, as instituições públicas foram responsáveis pelo total de 1415 proteções (concedidas e requeridas). Em contrapartida, nas instituições privadas, verificou-se que estas foram responsáveis pelo total de 131 proteções (concedidas e requeridas), conforme demonstra o Gráfico 5.

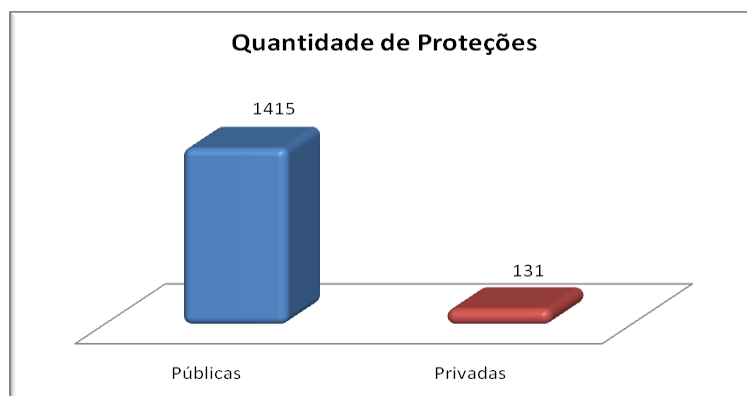


Gráfico 5 – Quantidade de proteções requeridas e concedidas

Fonte: FORMICT/SETEC

Buscou-se também um indicador que mensurasse a relação quantidade de proteções por instituição com pedidos de Proteção Intelectual, conforme apresentado na fórmula abaixo:

$$\frac{\Sigma \text{ Qtd Proteções}}{\Sigma \text{ Qtd. Inst. c/ pedidos PI}}$$

Por meio deste indicador, verificou-se que as instituições públicas, responsáveis pela grande maioria dos pedidos de proteção, apresentaram resultado superior ao das instituições privadas.

As instituições privadas apresentaram o índice de 10,91 proteções por instituição (131/12 instituições com pedidos de PI), já as instituições públicas apresentaram o índice de 17,25 proteções por instituição (1415/82 instituições com pedidos de PI), conforme demonstra o Gráfico 6.

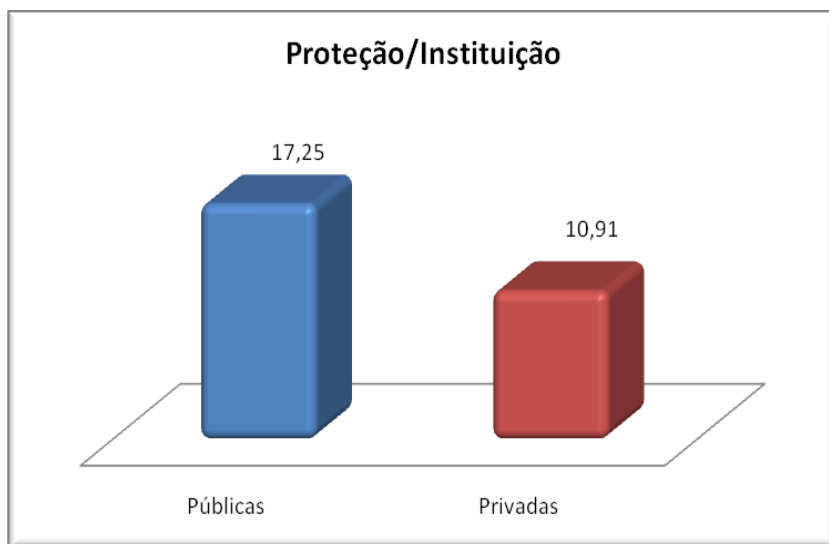


Gráfico 6 – Índice de proteção por tipo de instituição
Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de Propriedade Intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam estas públicas ou privadas, deram preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 93% de seus pedidos de proteções requeridas (1314 pedidos) ocorreram no Brasil, apenas 5,4% dos pedidos de proteções requeridas ocorreram no exterior e 1,6% em ambos (Brasil e exterior), conforme demonstra a Tabela 4.

Em relação às Instituições Privadas, verificou-se que os percentuais não apresentaram diferenças significativas em relação às Instituições Públicas; 91,6% dos pedidos das Instituições Privadas ocorreram no Brasil; 7,6% somente no exterior e 0,8% em ambos (Brasil e exterior).

Proteções Requeridas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1314	93%	120	91,6	1434	92,7%
	(1314÷1415)					
Exterior	77	5,4%	10	7,6	87	5,6%
Brasil/Exterior	24	1,6%	01	0,8	25	1,7%
TOTAL	1415	100%	131	100%	1546	100%

Tabela 5 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país
Fonte: FORMICT/SETEC

Já em relação aos pedidos de proteção concedidas, verificou-se um número significativo dos registros no Brasil, o que representa 93,2% (543 proteções) dos pedidos concedidos, sendo que as Instituições Públicas foram responsáveis por 494 proteções, enquanto que as Instituições Privadas por 49 proteções.

Proteções Concedidas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	494	84,7%	49	8,5%	543	93,2%
	(494÷583)					
Exterior	14	2,4%	12	2,0%	26	4,4%
Brasil/Exterior	11	1,9%	03	0,5%	14	2,4%
TOTAL	519	89%	64	11%	583	100%

Tabela 6 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país
Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação aos pedidos de proteção concedidos no *Exterior* e *Brasil/Exterior*, verificou-se que estes representam 6,8% dos pedidos (40 proteções), sendo que as instituições públicas foram responsáveis por 25 proteções e as instituições privadas por 15 proteções.

Também foi realizada uma análise da situação das proteções (*Requeridas X Concedidas*) pelo território do registro de proteção (*Brasil X Exterior X Brasil/Exterior*) em relação ao universo de proteções apresentadas (2129). Verificou-se uma representação significativa das proteções públicas requeridas no Brasil, fazendo valer-se por 62% (1314 requeridas pública/Brasil ÷ 2129). Identificou-se também uma representação significativa das proteções públicas

concedidas no Brasil, fazendo-se representar por 23% (494 concedidas pública/Brasil ÷ 2129), conforme demonstra o Gráfico 8.

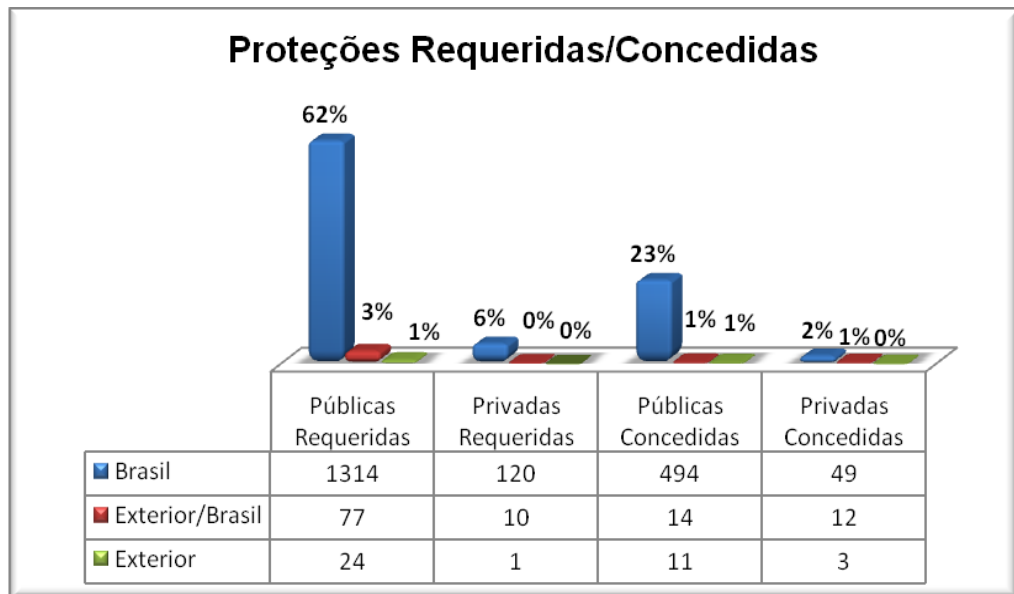


Gráfico 7 – Índice de proteção requeridas x proteções concedidas
Fonte: FORMICT/SETEC

2.7 Transferência de Tecnologia

O Art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

De acordo com as informações recebidas por meio do FORMICT, a maioria das instituições respondentes não possui contrato de tecnologia. Das que possuem, a maioria se faz representada pelas instituições públicas, correspondendo a 79%, conforme demonstra o Gráfico 8.

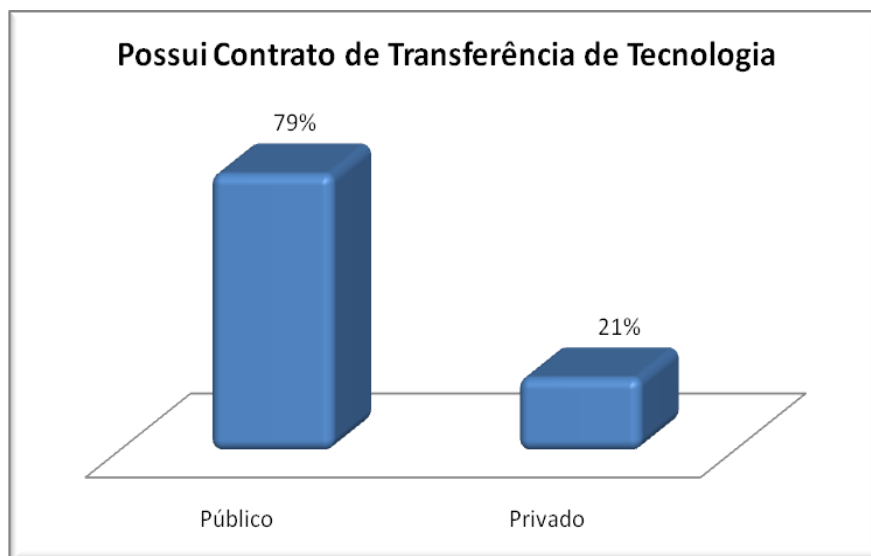


Gráfico 9 – Quantidade de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia.

Fonte:FORMICT/SETEC

Em relação aos recursos obtidos com Contratos de Transferência/Licenciamento de tecnologias, foi possível verificar que as instituições públicas foram responsáveis por R\$ 57.088.712,03 dos recursos obtidos, prevalecendo a realização de contratos *Sem Exclusividade*, correspondendo a 71,8%. Já os contratos *Com Exclusividade* chegaram ao valor de R\$12.806.365,05, o que corresponde a 21% do cômputo geral, e o valor de R\$ 3.275.848,17 representaram outras formas de contratos e licenciamentos.

O setor privado foi responsável por R\$ 10.371.545,00 dos recursos com Transferência/Licenciamento de Tecnologias, os contratos firmados *Sem Exclusividade* representaram 91,50% dos contratos firmados, enquanto que os contratos *Com Exclusividade* foram responsáveis por R\$ 875.538,01, representando 8,5% dos contratos.

No cômputo geral, verificou-se que 61% dos recursos obtidos foram provenientes de instituições públicas com contratos firmados *Sem Exclusividade*, enquanto que os recursos obtidos *Com Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 19% do cômputo total, logo seguido dos contratos *Sem Exclusividade* firmados com as instituições privadas, sendo que esta corresponde à 14%.

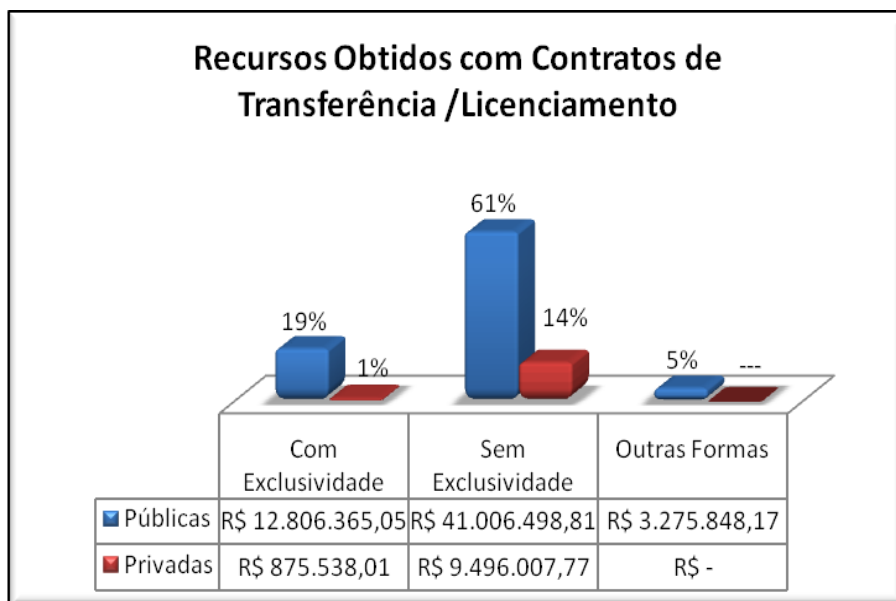


Gráfico 9 – Recursos obtidos com contratos de transferência/licenciamento.

Fonte:FORMICT/SETEC

3. Análise Comparativa 2006/2007/2008/2009

O respectivo formulário permite que as ICTs prestem ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) as informações anuais quanto à política de propriedade intelectual da instituição, às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas e aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados.

O envio dos formulários das ICT em 2007, referente ao ano base 2006, conteve as informações sobre as políticas de propriedade intelectual de 43 instituições. O relatório consolidado dessas informações recebidas está disponível publicado na página da internet do MCT¹.

O número de ICT que enviaram as suas informações ao MCT, em 2008, referente ao ano base 2007, foi 67,4% maior que o ano anterior, passando de 43 para 72 instituições. As informações enviadas pelas 101 instituições no ano de 2009, referente ao ano base 2008 representam um crescimento de 40,2% em relação ao ano anterior. Já as informações enviadas em 2010, ano base 2009, totalizaram 156,

¹Os relatórios estão disponíveis no site do MCT, link de acesso: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8477.html>>

indicando um crescimento de 54,45% em relação ao ano base 2008. O relatório dessas informações também está disponível na página da internet do MCT.

Esse aumento pode ser atribuído pelo esforço de divulgação da legislação em âmbito nacional e uma maior preocupação das instituições na divulgação de suas políticas de propriedade intelectual.



Gráfico 10 – Índice de crescimento das ICTs que responderam ao FORMICT

Fonte:FORMICT/SETEC

3.1 Distribuição Regional

Assim como nos anos anteriores, percebeu-se um crescimento do número de Instituições que preencheram o formulário eletrônico com o intuito de apresentar maiores informações sobre sua política de propriedade intelectual, porém, tem-se verificado uma participação mais efetiva das Instituições na região nordeste, uma vez que sua representatividade passou de 16% em 2008 para 21% em 2009, ficando bem próximo aos das Instituições do Sul (23%).

A região Sudeste, assim como nos anos anteriores, tem apresentado a maior quantidade de Instituições, logo seguido da região Sul e do Nordeste, por outro lado tem-se verificado que a participação das regiões Sudeste e Sul reduziu no decorrer dos anos. Enquanto isso, a região nordeste, vem crescendo tanto quantitativamente quanto proporcionalmente, sendo que esta última passou de 16% para 21% em

termos proporcionais, conforme demonstra o Gráfico 12 em números absolutos e o Gráfico 11 em percentuais.

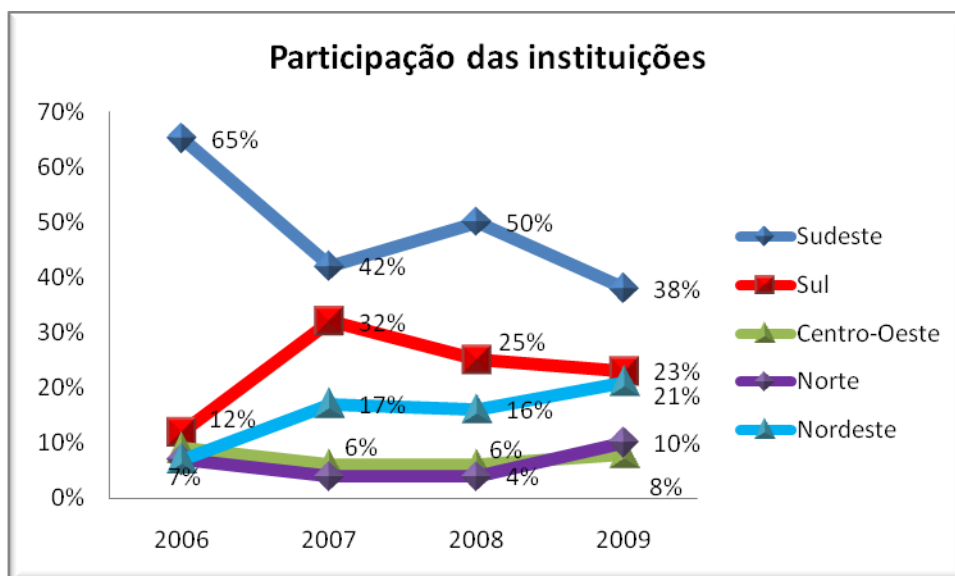


Gráfico 11 – Participação em termos percentuais
Fonte:FORMICT/SETEC

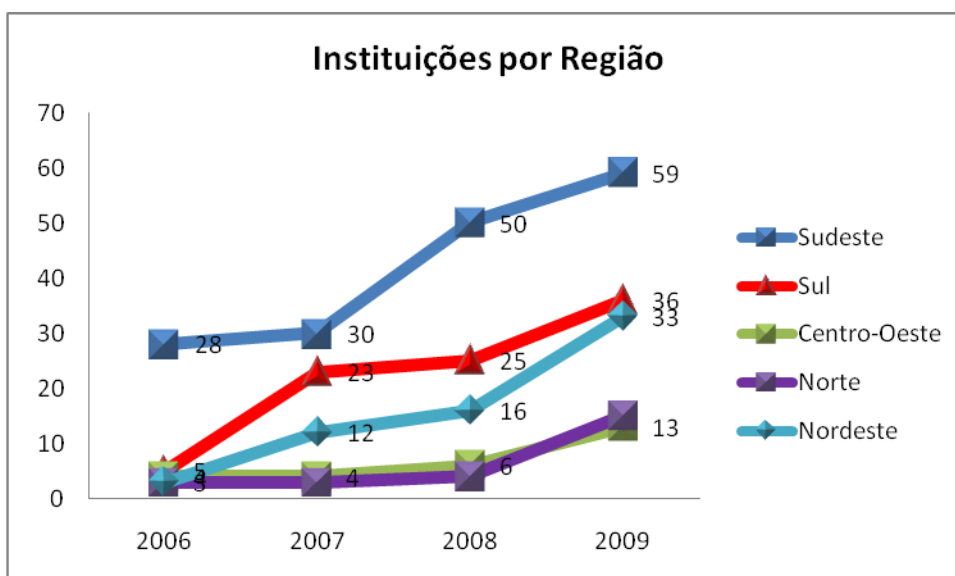


Gráfico 12 – ICT por região: comparativo dos anos em números absolutos
Fonte:FORMICT/SETEC

3.2 Natureza Jurídica

Assim como nos anos anteriores, as instituições federais seguem a frente das demais com maior representação, percebe-se o adicional de 25 Instituições federais em relação ao ano anterior, porém, tem-se percebido também a redução de sua proporção em relação às demais no decorrer dos anos. No ano de 2008, as instituições federais representavam 84% de participação, já em 2009 verificou-se a redução de sua participação para 72%, conforme demonstram os Gráficos 14 e 15.

Em relação às instituições estaduais, identificou-se tanto o crescimento em termos quantitativos quanto proporcionais (comparação com as demais), estas passaram de 12 Instituições (cadastradas no ano passado) para 34 neste ano. Sua participação em termos percentuais passou de 15% para 26% em relação às demais.

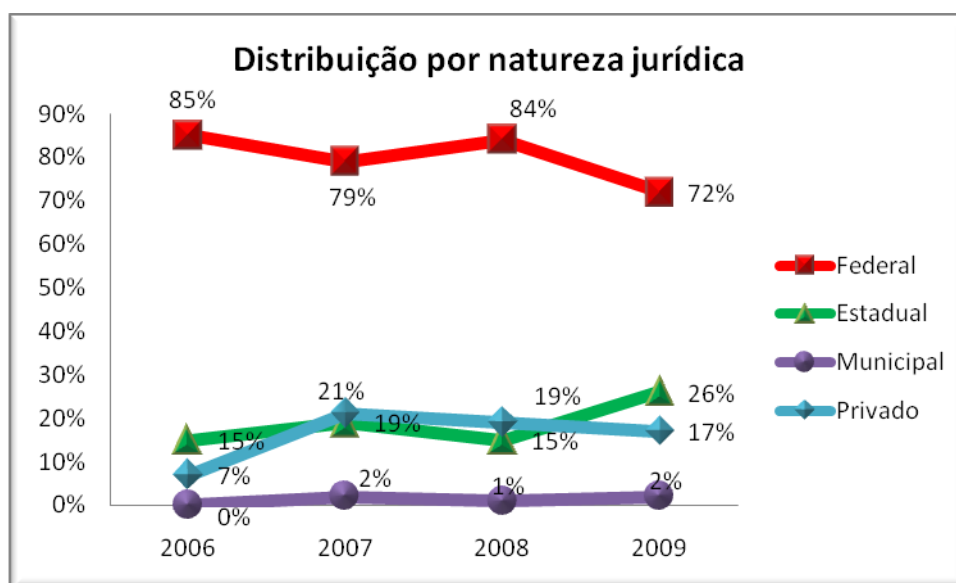


Gráfico 13 – Distribuição por natureza jurídica.
Fonte:FORMICT/SETEC

As instituições privadas tiveram crescimento em termos quantitativos, estas passaram de 19 Instituições cadastradas no ano anterior para 26 este ano. Por outro lado, tem-se verificado que sua participação em termos proporcionais se manteve sem grandes alterações, oscilando de 19% para 17%.

Assim como nos anos anteriores, a participação das instituições municipais não tem sido significativa.

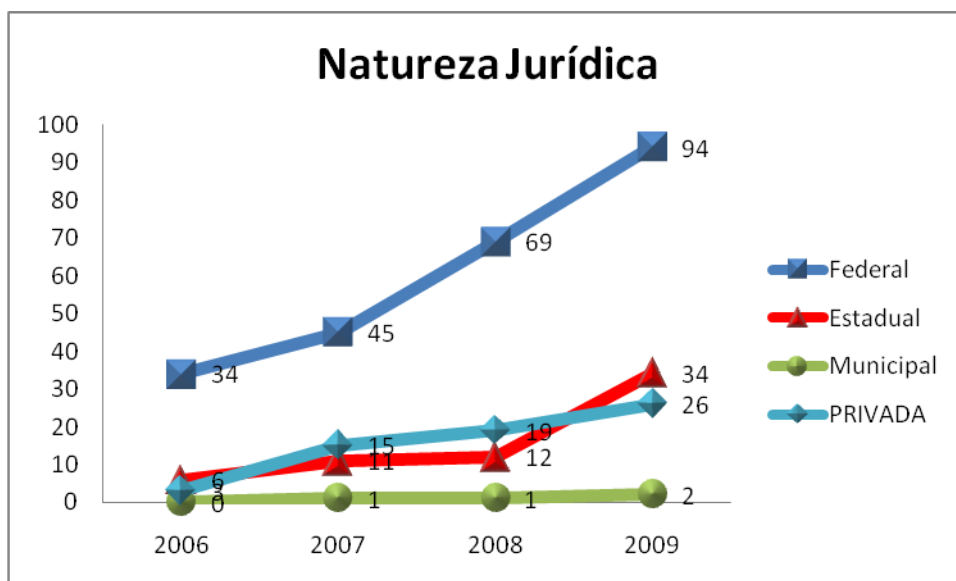


Gráfico 14 – Distribuição das ICT por natureza jurídica x ano em números absolutos.

Fonte:FORMICT/SETEC

3.3 Núcleos de Inovação Tecnológica

A implementação dos NITs nas instituições vem crescendo a cada ano, verificou-se que este crescimento foi mais intensivo nos primeiros anos. Em 2007 identificou-se um adicional de 35 instituições que informaram que os seus Núcleos de Inovação foram implementados. No último ano, constatou-se um crescimento adicional de 05 instituições com os Núcleos de Inovação implementados.

Por outro lado, foi observado um crescimento significativo das instituições cujos Núcleos de Inovação Tecnológica se apresentam em processo de implementação. Verificou-se um adicional de 53 instituições em relação ao ano anterior, este aspecto implica a possibilidade de crescimento em termos proporcionais e quantitativos na condição *NIT Implementado* para os próximos anos na medida em que as instituições alterem a sua condição de *NIT Em Implementação* para *NIT Implementado*.

A condição de *NIT Não Implementado* sofreu pequena redução no último ano, reduziu-se de 20 para 17 Instituições, conforme demonstra o Gráfico 15.

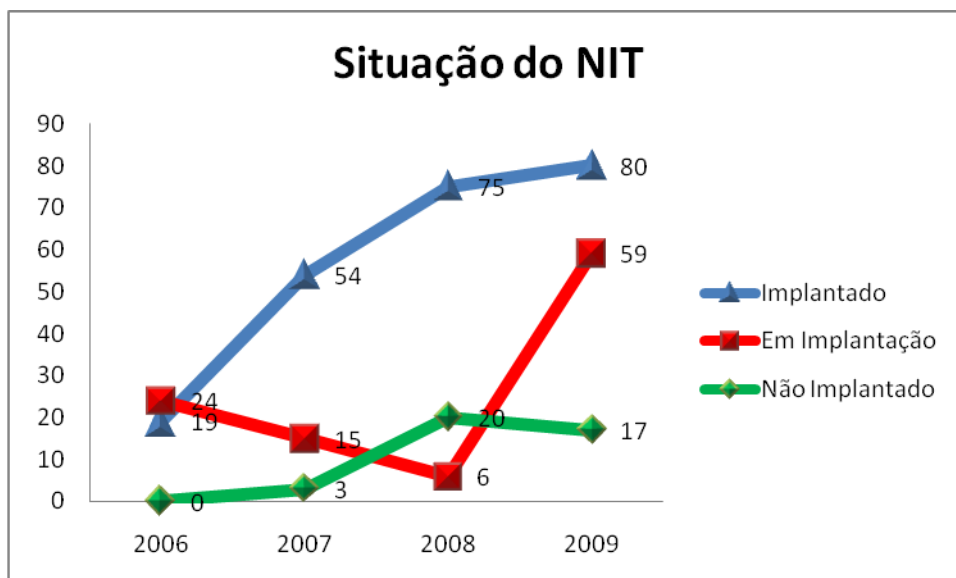


Gráfico 15 – Condição dos NITs
Fonte: FORMICT/SETEC

3.4 Proteções de Propriedade Intelectual

Dos pedidos de Proteção de Propriedade Intelectual, pode-se requerer a proteção no Brasil, no exterior ou em ambos. A quantidade de PI no Brasil, tanto requerida quanto concedida, aumentou em relação aos últimos anos. O maior número de pedidos, registrado na pesquisa, foi para proteção no Brasil, repetindo o resultado dos anos anteriores, conforme demonstra a Tabela 7.

Proteções	2006		2007		2008		2009		
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Br/Ext.
Requeridas	680	37	767	93	1021	112	1434	87	26
Concedidas	214	10	122	10	146	21	543	26	14
Total	894	47	899	103	1167	133	1977	113	40

Tabela 7 – Proteções requeridas e concebidas: 2006-2009
Fonte: FORMICT/SETEC

Em 2008, foram contabilizadas 1.021 proteções requeridas no Brasil (representando 90%), enquanto registradas no exterior foram 112 (representando 10%). As proteções concedidas no Brasil também apresentaram uma participação considerável quando comparada com as proteções concedidas no exterior, 146 proteções foram concedidas no Brasil (representando 87,4%), enquanto 21 foram concedidas no exterior (representando 12,6%).

Diferentemente dos anos anteriores, no formulário para preenchimento das informações referentes ao ano base 2009, foi incluso o campo proteções requeridas ou concedidas no *Brasil/Exterior*.

Conforme verificado nos anos anteriores, manteve-se a tendência de crescimento do número de proteções requeridas e concedidas, sejam estas no *Brasil*, *Exterior* ou em ambos.

Analisando as informações apresentadas, verificou-se que em 2009 foram registrados 1547 pedidos requeridos, o que corresponde ao acréscimo de 414 proteções em relação ao ano anterior, registrando a evolução de 37% em relação ao ano anterior. Quando comparado aos anos anteriores, verifica-se a manutenção da tendência de crescimento dos pedidos de proteção a cada ano, tanto em termos proporcionais quanto quantitativos, conforme demonstra o Gráfico 16.

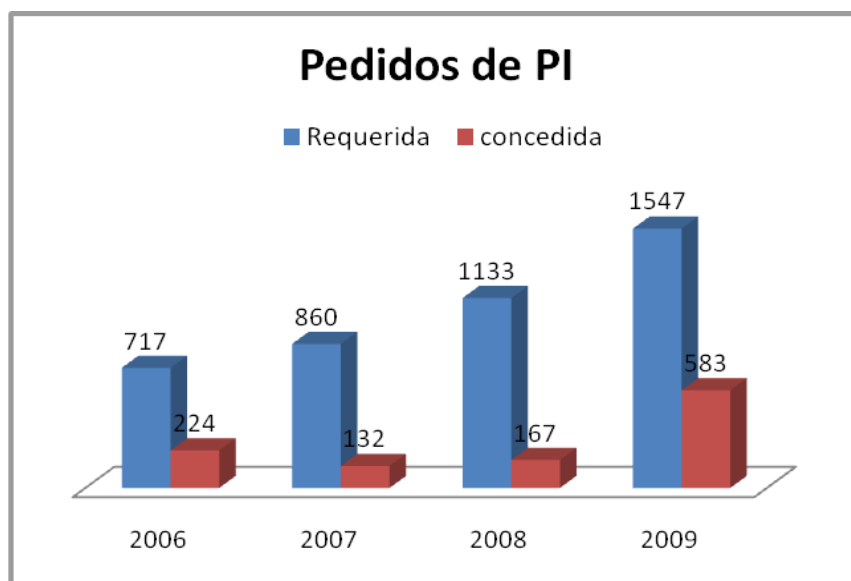


Gráfico 16 – Situação dos pedidos de PI
Fonte:FORMICT/SETEC

No que diz respeito aos pedidos concedidos, foi observada a evolução dos mesmos conforme demonstra a Tabela 8.

Evolução dos Pedidos de PI	2007	2008	2009
Requerida	20%	32%	37%
Concedida	59%	27%	249%

Tabela 8 – Evolução dos pedidos de PI
Fonte: FORMICT/SETEC

Em relação aos pedidos concedidos, percebe-se também a evolução no decorrer dos anos, sendo que em 2009 o número de proteções informadas cresceu significativamente, apresentando um incremento de 416 proteções em relação ao ano anterior.

Buscou-se também comparar a evolução dos pedidos de PI com a quantidade de instituições que apresentaram informações no respectivo ano base. Foi observado que a relação (*PI Requerida/Instituição*) vem sofrendo redução no decorrer dos anos, sendo que no último ano se verificou que a redução do índice de 11,2 *PI/Instituição* para 9,9 *PI/Instituição*. Já a relação (*PI Concedida/Instituição*) se verificou uma situação diferenciada, este índice apresentou crescimento significativo no último ano, apresentando um crescimento de 2,0 *PI Concedida/Instituição* em relação ao ano anterior, conforme demonstra o Gráfico 18.

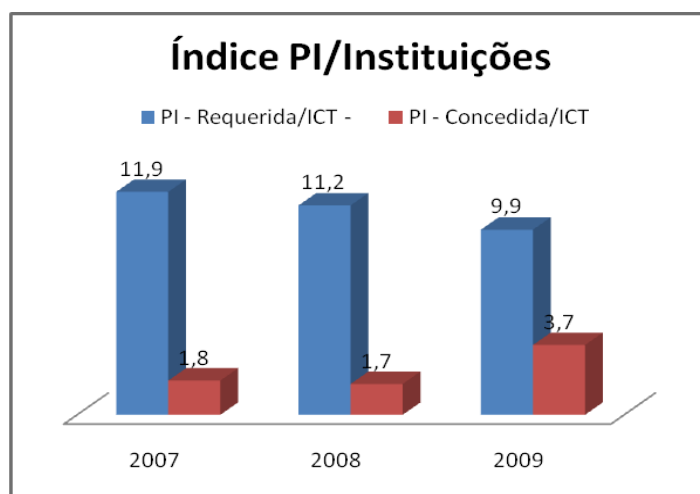


Gráfico 17 – Índice de PI
Fonte: FORMICT/SETEC

Observa-se, na Tabela 9, que o número de co-titularidade requerida com funcionários de ICT caiu para 1 nesse ano, além de não ter sido concedida. Desde 2006 não havia mais casos como esse de nenhuma concessão.

Os pedidos de Propriedade Intelectual requeridos em co-titularidade com pessoa física (externa à ICT) e pessoa jurídica no ano de 2009 superaram os anos anteriores. Entretanto, vale ressaltar que a quantidade de respondentes variou nestes anos.

Co-Titularidade	2006		2007		2008		2009	
	Requeridas	Concedidas	Requeridas	Concedidas	Requeridas	Concedidas	Requeridas	Concedidas
Funcionários da ICT	15	0	16	4	28	4	1	0
Pessoa física ou jurídica	129	19	170	9	156	13	248	27

Tabela 9 – Co-titularidade em pedidos de propriedade intelectual
Fonte: FORMICT/SETEC

3.5 Transferência de Tecnologia

Os contratos de transferência de tecnologia permitiram um crescimento significativo dos recursos originários dessas fontes para as ICT, públicas e privadas, nos anos analisados.

Conforme demonstrado na tabela abaixo, houve crescimento nos recursos obtidos com contratos de transferência de tecnologia ou de licenciamentos com e sem exclusividade no ano de 2009. Os recursos com exclusividade representam 20,28%, os recursos sem exclusividade, 74,86% e os recursos apresentados em *Outras Formas* apenas 4,85%.

Os recursos alcançados com *Outras Formas* referem-se basicamente ao conhecimento não protegido disponível na ICT, que foram concedidos/licenciados para terceiros. Em 2008, notou-se um crescimento considerável dessa categoria. Já em 2009, ele aparece em quantidade bem menor.

Recursos Obtidos de TT ou de Licenciamentos				
RECURSOS	2006	2007	2008	2009
Com exclusividade	R\$ 595.000,00	R\$ 3.296.773,00	R\$ 4.500.754,00	R\$ 13.681.903,06
Sem exclusividade	R\$ 100.000,00	R\$ 1.071.305,00	R\$ 933.433,00	R\$ 50.502.506,58
Outras formas	R\$ 115.000,00	R\$ 584.121,00	R\$ 7.729.802,00	R\$ 3.275.848,17
Total	R\$ 810.000,00	R\$ 4.952.199,00	R\$ 13.163.989,00	R\$ 67.460.257,81

Tabela 10 – Recursos obtidos de TT ou de Licenciamento
Fonte: FORMICT/SETEC

Desde 2008, realiza-se também a análise de recursos separadamente para setor público e privado. Nota-se que os recursos no setor privado são bem inferiores aos do setor público. Em 2008, o setor público teve recursos com exclusividade maiores, entretanto, em 2009, essa situação se reverteu. No setor privado, os recursos tanto *Com Exclusividade* quanto *Sem Exclusividade* aumentaram bastante, passando respectivamente de R\$ 389.804,00 para R\$ 875.538,01 e de R\$ 29.251,00 para R\$ 9.496.007,77. A categoria *Out ras Formas* resultou em menos recursos para ambos os setores.

Recursos Obtidos de TT ou de Licenciamentos				
RECURSOS	2008		2009	
	Público	Privado	Público	Privado
Com exclusividade	R\$ 4.110.950,00	R\$ 389.804,00	R\$ 12.806.365,05	R\$ 875.538,01
Sem exclusividade	R\$ 904.182,00	R\$ 29.251,00	R\$ 41.006.498,81	R\$ 9.496.007,77
Outras formas	R\$ 7.029.802,00	R\$ 700.000,00	R\$ 3.275.848,17	R\$ -
Total	R\$ 12.044.934,00	R\$ 1.119.055,00	R\$ 57.088.712,03	R\$ 10.371.545,78

Tabela 11 – Recursos obtidos de TT ou de Licenciamento
Fonte: FORMICT/SETEC

4. CONCLUSÃO

O Brasil vem promovendo profundas reformas nas políticas de apoio à inovação. Uma das medidas foi a criação da Lei nº 10.973/2004 ou Lei de Inovação, que tem por objetivo criar ambiente favorável de cooperação entre as ICT e as empresas.

Destacam-se dentre o texto legal suas três principais vertentes: a constituição de ambiente propício às parcerias estratégicas entre as ICT e empresas; o estímulo à participação de ICT no processo de inovação e; o incentivo à inovação na empresa.

A lei representa um novo paradigma para a maior difusão do conhecimento gerado nas universidades e em centros de pesquisa em apoio à inovação no setor produtivo. Além disso, a lei permite ao MCT algum acesso a informações das ICT por meio do preenchimento, por elas, do FORMICT (previsto na lei).

Por meio da análise das informações enviadas nesse ano ao MCT, nota-se o aumento quantitativo de instituições que preencheram o formulário. Esse dado é importante porque permite ao órgão obter informações mais significativas sobre a realidade dessas instituições. Esse resultado foi consequência do esforço do Ministério em entrar em contato (e-mail e telefonemas) com as instituições para divulgação do formulário.

De acordo com os dados da pesquisa, a maior parte das instituições estão na região Sudeste e Sul, correspondendo a 61% do total. E uma parte significativa, no Nordeste (21%). Esses dados não significam, portanto, que a maior parte dos projetos de P&D encontram-se nessas regiões, isto porque as instituições também podem atuar fora de sua sede.

O artigo 16 da Lei de Inovação dispõe que a ICT deverá criar núcleos de inovação tecnológica, podendo ser próprio ou em associação com outras instituições que têm por objetivo administrar a sua política de inovação. Muitas das instituições já implementaram ou estão implementando a política de propriedade intelectual e também sua política de transferência de tecnologia, para as criações tecnológicas, e dedicando maior atenção às proteções requeridas e concedidas, bem como à

avaliação e classificação dos resultados decorrentes das suas atividades de pesquisa.

No ano de 2009, estão implementados 80 NITs e 59 estão em implementação. Desde 2006 houve crescimento do número de NIT implementado e em implementação. Esse último dado de 2009 permite verificar que essa tendência continua, pois a quantidade de NITs em implementação é considerável e afetará significativamente o total de NITs implementados no ano base de 2010, na próxima análise. Infere-se que esse resultado tenha relação com o Edital MCT/CNPq N ° 09/2010 – PDI, referente ao fortalecimento dos NITs.

A criação e o fortalecimento dos NITs têm proporcionado às ICTs um aumento de recursos provenientes dos contratos de transferência e licenciamento de tecnologia com e sem exclusividade. Na categoria *Outras Formas*, referente a outros tipos de recursos, houve uma leve redução cujos motivos não são claros pela falta de informações suficientes.

O formulário desse ano traz uma novidade na análise de Pedidos de Propriedade Intelectual. Nos anos anteriores, o pedido para *Brasil/Exterior* era distribuído nas duas únicas categorias analisadas: Brasil e exterior. Em 2009, essa categoria foi separada devido à duplicidade que gerava nos dados. Dessa forma, foi possível perceber a participação nos pedidos de proteção para Brasil, exterior e exterior/Brasil. Em geral, o número de pedidos aumentou em relação ao ano passado.

Foi avaliada, também, a questão dos contratos de Transferência de Tecnologia. Houve aumento significativo em relação aos recursos obtidos com a Transferência de Tecnologia nos contratos com e sem exclusividade. Entretanto, a categoria *Outras Formas*, a quantidade de recursos diminuiu.

De posse dos resultados, verificou-se uma evolução significativa do quantitativo de instituições que apresentaram informações, conseqüentemente tem-se verificado a evolução das demais variáveis tais como o quantitativo de propriedade intelectual informado, o quantitativo de NITs implementados e o aumento de recursos expressivos relativos a contratos de transferência tecnológica.